

PROT-OVT

Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo



Área sectorial	Conservação da Natureza e da Biodiversidade			
Designação do documento	Diagnóstico Estratégico e SWOT			
Contacto da equipa	Pedro Beja			
	Data	29	05	2008



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo



União Europeia
FEDER

ÍNDICE

A. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	4
1. ENQUADRAMENTO.....	4
2. SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS.....	7
3. HABITATS E ESPÉCIES PROTEGIDOS	9
4. VEGETAÇÃO POTENCIAL.....	10
5. ÁREAS DE VALOR ECOLÓGICO	11
5.1. Cartografia de unidades de vegetação.....	11
5.2. Identificação de áreas de valor ecológico.....	14
B. ANÁLISE SWOT	18
1. INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS.....	18
2. RESULTADOS.....	19
2.1. Ambiente interno	19
2.2. Ambiente externo	21
C. SÍNTESE	23
REFERÊNCIAS.....	27
ANEXO I	32
ANEXO II	39
ANEXO III	41
ANEXO IV	42
ANEXO V	43

ENTIDADE RESPONSÁVEL

ERENA – Ordenamento e Gestão de Recursos Naturais, Lda

Estatuto Jurídico: Sociedade Comercial por Quotas

Morada – Rua Robalo Gouveia, 1 - 1A, 1900 - 392 Lisboa

Telefone – 21 799 11 00

Fax – 21 799 11 19

E-mail – erena@erena.pt

EQUIPA DE PROJECTO

- Pedro Beja (coordenação)
- Sandra Mesquita
- Susana Rosa
- Luís Gordinho
- Helena Simões

A. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

1. ENQUADRAMENTO

No âmbito do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT), foi estabelecida através da Resolução do Conselho de Ministros nº 30/2006, de 23 de Março de 2006, a necessidade de constituição de uma *Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental* (ERPVA). Esta disposição decorre do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro), onde é definido o conceito de *Estrutura Ecológica* e é determinada a sua identificação nos instrumentos de gestão territorial (artigos 10º e 14º). Neste quadro, a *Estrutura Ecológica* identificada nos instrumentos de gestão territorial deve incluir “*as áreas, valores e sistemas fundamentais para a protecção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, designadamente as áreas da reserva ecológica*” (nº 1 do art.º 14º). Os princípios, as directrizes e as medidas aplicáveis à *Estrutura Ecológica* devem ser definidos pelo programa nacional de política de ordenamento do território, pelos planos regionais, pelos planos intermunicipais de ordenamento do território e pelos planos sectoriais relevantes, concretizando “*as orientações políticas relativas às áreas de protecção e valorização ambiental que garantem a salvaguarda dos ecossistemas e a intensificação dos processos biofísicos*” (nº 2 do art.º 14º). As disposições dos instrumentos de gestão territorial aplicáveis devem depois ser assumidos a nível dos planos municipais de ordenamento do território, onde devem ser estabelecidos “*os parâmetros de ocupação e de utilização do solo assegurando a compatibilização das funções de protecção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações*” (nº 3 do art.º 14º).

No Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT; Lei 58/2007, de 4 de Setembro), a *Estrutura Ecológica* é reconhecida como

elemento chave de operacionalização e de articulação das políticas nacionais de ambiente e de ordenamento do território. Em termos de directrizes, o PNPOP reafirma que a *Estrutura Ecológica* a definir ao nível dos restantes instrumentos de gestão territorial deve incluir todas as “*áreas, valores e sistemas e recursos fundamentais para a protecção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos*”, dando especial ênfase à operacionalização dos conceitos de *continuum naturale* e de *corredores ecológicos*, definidos, respectivamente, na *Lei de Bases do Ambiente* (Lei nº 11/87, de 7 de Abril) e na *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade* (Resolução do Conselho de Ministros nº 152/2001, de 11 de Outubro).

Neste contexto, a *Estrutura Ecológica* deve pois ser entendido como um dos elementos fundamentais para a operacionalização das políticas de conservação da Natureza e da biodiversidade consagradas pela respectiva *Estratégia Nacional*. Esta *Estratégia* reconhece a existência de um conjunto de áreas particularmente importantes para a conservação da natureza e da biodiversidade, consagrando a constituição de uma *Rede Fundamental de Conservação da Natureza* que inclui o *Sistema Nacional de Áreas Classificadas*, a *Reserva Ecológica Nacional* (REN), o *Domínio Público Hídrico* (DPH) e a *Reserva Agrícola Nacional* (RAN). O *Sistema Nacional de Áreas Classificadas* é constituído pelas áreas da *Rede Nacional de Áreas Protegidas*, pelas áreas da *Rede Natura 2000*, e por outras áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais. Contudo a *Estratégia Nacional* reconhece que a conservação da natureza e da biodiversidade não se pode restringir às áreas protegidas, dependendo do desenvolvimento em todo o território nacional de “*acções específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico*” (Opção nº 5). Neste domínio, a *Estratégia Nacional* assume como especialmente importante o estabelecimento de *corredores ecológicos*, “*definidos como os*

elementos que, pela sua estrutura linear e contínua (tais como rios e ribeiras e respectivas margens ou os sistemas tradicionais de delimitação dos campos) ou pelo seu papel e espaço de ligação (tais como lagos, lagoas ou matas), são essenciais à migração, à distribuição geográfica e ao intercâmbio genético das espécies selvagens” (nota 9). O estabelecimento destes corredores é imposto aos Estados Membros pela Directiva nº 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio.

No PROT-OVT, a componente de conservação da natureza e biodiversidade foi desenvolvida no quadro destes princípios e orientações, procurando fornecer elementos relevantes o estabelecimento da ERPVA. Especificamente, esta componente procura contribuir para a prossecução dos seguintes objectivos do PROT-OVT:

- Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento do Oeste e Vale do Tejo, contemplando, designadamente, a concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território;
- Definir o modelo de organização do território regional, tendo em conta a necessidade de identificar a estrutura de protecção e valorização ambiental, integrando as áreas classificadas (incluindo os imperativos decorrentes da Rede Natura 2000) e outras áreas ou corredores ecológicos relevantes do ponto de vista dos recursos, valores e riscos naturais e da estruturação do território;
- Identificar os espaços sub-regionais relevantes para a operacionalização do PROT, em particular considerando o litoral e o rio Tejo como referências territoriais específicas, e definir orientações e critérios de

localização aplicados às respectivas sensibilidades paisagísticas e aos recursos e valores naturais a salvaguardar e valorizar.

2. SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS

A Região do Oeste e Vale do Tejo inclui valores naturais muito significativos a nível nacional, sendo que muitos deles estão já incluídos no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Integram a Rede Nacional de Áreas Protegidas a Reserva Natural do Paul do Boquilobo (Decreto-Lei nº 198/80 de 24 de Junho, reclassificada pelo Decreto Regulamentar nº 49/97 de 20 de Novembro; 529 ha), a Reserva Natural do Estuário do Tejo (Decreto-Lei nº 565/76 de 19 de Julho; 14.192 ha), a Reserva Natural das Berlengas (Decreto-Lei nº 264/81 de 3 de Setembro reclassificado pelo Decreto Regulamentar nº 30/98 de 23 de Dezembro; 9.560 ha), o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (Decreto-Lei nº 118/79, de 4 de Maio), a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto (Decreto-Regulamentar nº 11/99, de 22 de Julho), o Sítio Classificado dos Açudes de Monte da Barca e Agolada (Decreto-Lei nº 197/80 de 24 de Junho), o Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurio de Ourém-Torres Novas (Decreto-Regulamentar nº 12/96 de 22 de Outubro), localizado no perímetro do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, e o Sítio Classificado do Monte de S. Bartolomeu (Decreto-Lei nº 108/79 de 2 de Maio). De referir ainda o Sítio Classificado do Centro Histórico de Coruche (Decreto-Lei nº 28/79 de 10 de Abril), este último classificado pelo seu valor cultural.

Destas áreas, foram ainda definidas como Zonas de Protecção Especial (ZPE, classificadas ao abrigo da Directiva 79/409/CEE) o Paul do Boquilobo (PTZPE0008; Decreto-Lei nº384-B/99 de 23 de Setembro, numa extensão de 432 ha), as Ilhas Berlengas (PTZPE0009; Decreto-Lei nº384-B/99 de 23 de Setembro, numa extensão de 9.560 ha) e o Estuário do Tejo (PTZPE0010;

Decreto-Lei nº384-B/99 de 23 de Setembro, numa extensão de 45.071 ha. Coincidindo com as anteriores ZPE, estas áreas foram ainda designadas como Zonas Importantes para as Aves (IBA - *Important Bird Areas*) pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves: PT014 Berlenga e Farilhões, PT015 Paul do Boquilobo e PT021 Estuário do Tejo.

Nesta Região estão ainda delimitados vários Sítios de Importância Comunitária, classificados ao abrigo da Directiva 92/43/CEE:

- Sintra/Cascais (PTCON0008; Resolução de Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto; 16.632 ha [área terrestre = 8.110 ha + área marinha = 8.522 ha])
- Estuário do Tejo (PTCON0009; Resolução de Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto; 44.609 ha).
- Arquipélago da Berlenga (Resolução de Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto; 96 ha)
- Serras de Aire e Candeeiros (PTCON0015; Resolução de Conselho de Ministros nº 76/00, de 5 de Julho; 44.226ha)
- Sicó/Alvaiázere (PTCON0045; Resolução de Conselho de Ministros nº 76/00, de 5 de Julho; 31.678 ha)
- Serra de Montejunto (PTCON0048; Resolução de Conselho de Ministros nº 76/00, de 5 de Julho; 3.830 ha)
- Peniche/Santa Cruz (PTCON0056; Resolução de Conselho de Ministros nº 76/00, de 5 de Julho; 8.438 ha [área terrestre = 2.805 ha + área marinha = 5.633 ha])

De referir ainda a presença de várias áreas classificadas como biótopos CORINE, estatuto que realça a sua importância para a conservação da natureza, mas que não tem enquadramento legal. É o caso de locais como a Lagoa de Óbidos, Peniche-Papoa-Ilha das Pombas e o Paul de Trejoito, este último integrando as 34 áreas com interesse em termos de conservação do

património biológico na bacia do Tejo, identificadas pelo respectivo Plano de Bacia Hidrográfica. Destaque especial deverá ainda ser devido à Lagoa de Óbidos, classificada como “Zona Sensível” pelo Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste, local actualmente proposto para área de Paisagem Protegida.

3. HABITATS E ESPÉCIES PROTEGIDOS

Estão representadas na região do Oeste e Vale do Tejo várias espécies e habitats constantes nos anexos da Directiva 92/43/CEE nos Sítios de Importância Comunitária, das quais se destacam vários habitats prioritários (lagunas costeiras, estepes salgadas mediterrânicas, dunas fixas com vegetação herbácea ou dunas fixas descalcificadas atlânticas, dunas litorais com *Juniperus* spp., dunas com florestas de *Pinus pinea* ou *Pinus pinaster*, charcos temporários mediterrânicos, charnecas húmidas atlânticas, matagais arborescentes de *Laurus nobilis*, prados rupícolas calcários ou basófilos da *Alyso-Sedion albi*, subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea*, lajes calcárias e florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*) (Anexo I).

Em termos de flora, ocorrem nos Sítios de Importância Comunitária da região do Oeste e Vale do Tejo 14 espécies listadas no Anexo II da Directiva 92/43/CEE (Anexo I). Destas, apenas *Jonopsidium acaule* é considerado de conservação prioritária. Ocorrem ainda 12 espécies listadas nos Anexos IV e V da referida Directiva.

Entre as espécies faunísticas, existem 25 listadas nos anexos II e IV da Directiva 92/43/CEE e que estão representadas nos Sítios de Importância Comunitária do Oeste e Vale do Tejo. Destas, 10 são espécies de morcegos,

que beneficiam das condições de abrigo proporcionadas pelas serras calcárias da região. Nenhuma das espécies inventariadas é de conservação prioritária no quadro da Directiva 92/43/CEE.

Nas Zonas de Protecção Especial da região do Oeste e Vale do Tejo ocorrem 33 espécies que são alvo de orientações de gestão no âmbito da proposta de Plano Sectorial da Rede Natura 2000, das quais o caimão *Porphyrio porphyrio* é a única considerada de conservação prioritária Anexo II). É ainda de destacar a ocorrência na região de números significativos de duas outras aves de conservação prioritária, designadamente a águia de Bonelli (*Hieraaetus fasciatus*) e o sisão (*Tetrax tetrax*). Estas espécies, tais como outras com elevado valor de conservação, ocorrem tanto no Sistema Nacional de Áreas Protegidas, como em áreas sem qualquer estatuto formal de conservação.

É ainda de salientar que ocorrem na região várias espécies raras e ameaçadas, que presentemente não são formalmente protegidas, mas que deverão vir a sê-lo num futuro próximo. É o caso, por exemplo, da boga *Chondrostoma olisiponensis*, uma espécie descrita recentemente a partir de exemplares colhidos nas bacias dos rios Trancão e Maior, e das ribeiras de Magos e de Ulme (Gante *et al.*, 2007). Na região do Oeste também foi recentemente descrita a boga *Chondrostoma occidentale*, a qual ocorre nas pequenas bacias hidrográficas do Alcabrichel, Sizando e Safarujo (Robalo *et al.*, 2005).

4. VEGETAÇÃO POTENCIAL

Preliminarmente à avaliação dos valores ecológicos actuais na região OVT, fez-se uma cartografia das séries de vegetação potencial, correspondendo ao coberto vegetal do território na ausência de intervenção humana (Anexo III).

Este mapa sugere que originalmente a região seria coberta na sua quase totalidade por florestas dominadas pelo sobreiro (*Quercus suber*), apresentando também uma expressão significativa em algumas áreas as florestas dominadas por azinheira (*Quercus rotundifolia*) e carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*). Esta vegetação original encontra-se actualmente muito alterada, tendo as florestas primitivas sido substituída por sistemas agrícolas e florestais de vários tipos. No caso dos sobreirais, contudo, parte da área florestal original encontra-se presentemente ocupada por sistemas agro-silvo-pastoris de montado de sobro, os quais mantêm apreciável valor natural. Também no caso dos azinhais existem algumas áreas significativas ocupadas por formações florestais ou silvo-pastoris remanescentes da vegetação original, devido ao seu interesse marginal para a agricultura. As formações de carvalho-cerquinho são provavelmente as que apresentam um carácter mais residual, ocorrendo como pequenas manchas nos mosaicos agrícolas e florestais.

5. ÁREAS DE VALOR ECOLÓGICO

5.1. Cartografia de unidades de vegetação

No âmbito da componente de conservação da natureza e da biodiversidade, foi efectuado um esforço significativo de identificação e mapeamento dos valores naturais existentes no território, com especial atenção para os sectores do território sem qualquer estatuto formal de protecção. Com este mapeamento pretendeu-se referenciar as áreas críticas para espécies e habitats de conservação prioritária e para a manutenção da saúde ecológica dos ecossistemas. No mapeamento teve-se em atenção os seguintes aspectos fundamentais:

- Na região são muito escassos os ecossistemas naturais, excepto em áreas muito reduzidas e fragmentadas, uma vez que todo o território foi sujeito num passado mais ou menos recente a actividades agrícolas e florestais;

- Com excepção de pequenas áreas escarpadas ou de afloramentos rochosos, os habitats mais naturais da OVT correspondem a fases de recuperação da vegetação natural na sequência do abandono relativamente recente da exploração agrícola e florestal.
- Muitos dos sistemas mais interessantes em termos ecológicos estão associados a sistemas agrícolas e agro-florestais, dependendo para a sua conservação da manutenção desses usos.

Para a maioria das espécies e habitats de conservação prioritária, não existe informação disponível que permita o mapeamento da sua distribuição e abundância na região OVT, a uma escala compatível com os exercícios de planeamento. Com efeito, apesar de para alguns grupos existirem por exemplo Atlas de Distribuição, as ocorrências de cada espécie são geralmente referenciada em polígonos de 10x10km (Crespo & Oliveira 1989, Godinho *et al.* 1999) ou mesmo superiores (Rufino 1989, Mathias 1999), o que torna impossível a identificação detalhada de áreas importantes para conservação.

No âmbito de um exercício de planeamento como o PROT OVT, é pois importante adoptar uma abordagem que permita o mapeamento dos indicadores de biodiversidade com suficiente resolução. Para além disso, é fundamental que a informação de base seja homogénea para todo o território, para que não sejam ignoradas regiões pouco amostradas mas potencialmente interessantes. Para resolver o problema, optou-se neste trabalho por abordar indirectamente a distribuição das espécie e habitats prioritários, através do mapeamento de unidades ecológicas baseadas em agrupamentos vegetais, usos do solo e critérios biofísicos. Estas unidades ecológicas são representativas da ocorrência das espécies e habitats prioritários, permitindo ter uma imagem mais abrangente da sua ocorrência devido à existência de informação homogénea para todo o território.

As unidades ecológicas foram mapeadas tendo por base a informação cartográfica mais actualizada disponível para a região OVT. Assim, a base do mapeamento foi fornecida pela Carta dos Padrões de Ocupação do Solo produzida no âmbito do PROT, especialmente no que diz respeito às componentes de edificação concentrada ou dispersa. As componentes agrícolas, florestais e naturais desta carta foram complementadas com base em cartografia temática adicional, de forma a possibilitar uma maior resolução espacial e uma melhor discriminação do tipo de formações vegetais existentes. Com este objectivo utilizaram-se várias fontes de informação, incluindo: a Cartografia de Ocupação do Solo de 1990 (COS90), à escala 1:25000; a carta Corine Land Cover de 2000; e a carta florestal nacional produzida pela CELPA. Foi ainda utilizada a informação disponível em relatórios técnicos, nomeadamente os Planos de Bacia Hidrográfica do Tejo e das Ribeiras do Oeste, nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal do Oeste e Ribatejo, entre outros documentos de carácter mais local, como o Plano de Ordenamento da Albufeira do Castelo do Bode e os estudos relacionados com o Novo Aeroporto, incluindo os respectivos relatórios de caracterização da flora e fauna e dos movimentos diurnos das aves. Adicionalmente foram efectuadas visitas de prospecção à Região para verificar no terreno a presença de áreas relevantes para a conservação da natureza que não possuem qualquer estatuto. A informação bibliográfica e cartográfica previamente obtida foi também parcialmente validada pela confirmação no local.

A definição das unidades ecológicas efectuou-se com base numa reclassificação das categorias de uso do solo originais, e do cruzamento da informação sobre a ocupação do solo com outra informação biofísica (carta dos solos, altimetria, hidrografia, etc.) e biogeográfica (regiões naturais). Com isso, procurou-se criar unidades ecológicas que correspondessem de forma mais ou menos directa a ocorrências potenciais de espécies e habitats prioritários. Por exemplo, os matos mapeados foram subdivididos consoante a litologia

dominante dos solos em que estavam localizados (solos arenosos, arenáceos, areníticos, calcários, gnaisses, xistos, etc.), a salinidade (solos salinos ou não salinos), o grau de encharcamento (solos hidromórficos, aluviossolos, solos de baixa, etc.), a proximidade à linha de costa (< 1000m, > 1000m), etc, e a região geográfica (Oeste, Lezíria Norte, Lezíria Sul, Médio Tejo).

5.2. Identificação de áreas de valor ecológico

Os resultados obtidos apontam como habitats ecologicamente mais relevantes e sensíveis os montados de sobro, azinhais, carvalhais de *Quercus faginea*, sistemas dunares e outros matos litorais (Costa et al. 2000), cursos de água, charcos e lagoachos temporários, galerias ripícolas, margens alcantiladas e rochosas em cursos de água e albufeiras, pauis, lagoas costeiras e habitats associados, arribas costeiras, matos e matagais, sistemas agrícolas e pastoris extensivos, e ainda alguns açudes e pequenas albufeiras.

As zonas húmidas, por terem uma localização bastante pontual, são facilmente localizáveis e reconhecidas no terreno; a Lagoa de Óbidos, exemplo de lagoa costeira, e os pauis de Muge, Trejoito, Alpiarça, Tornada, entre outros, são locais de relevância, possuindo alguns, inclusivamente, estatutos que reconhecem a sua importância ecológica mas que não têm, contudo, enquadramento legal; a Lagoa de Pataias, um exemplo de lagoa de planície, possui estruturas para visitantes no terreno, e constitui também um local com potencial para vir a ser reconhecido como área protegida de interesse regional ou local.

Algumas galerias ripícolas com interesse para conservação desenvolvem-se ao longo da ribeira de Baça (a montante de Alcobaça), rios Sizandro (zona da foz), Real (em Arneiro e Cabeça da Raposa), Arnóia (entre Figueiros e Painho), Tornada (Vale de Mós) e nas sub-bacias de Alenquer, Alviela, Grande da Pipa,

Muge e Sorraia (nesta última mais especificamente na Ribeira de Sor, entre Figueiras e Benavente).

Relativamente aos carvalhais de *Quercus faginea*, citam-se a título de exemplo zonas da sub-bacia Grande da Pipa e encostas do Rio Maior que acompanham a estrada Rio Maior – Caldas da Rainha. São ainda de destacar as margens alcantiladas do troço superior do Rio Alviela e na sub-bacia do Rio Maior.

Muitos dos habitats mais importantes estão associados a sistemas agrícolas e agro-florestais, muitas vezes de carácter extensivo, mas que por vezes incluem áreas com um nível de intensificação significativo. Entre os sistemas destes tipos com maior interesse na região destacam-se os seguintes:

- Montados – Os montados assumem grande importância à escala regional, uma vez que são sistemas agro-silvo-pastoris ambientalmente sustentáveis, que constituem refúgios de biodiversidade a várias escalas espaciais e temporais (e.g., Correia, 1993; Díaz et al., 1997; Joffre et al., 1999; Marañon et al., 1999; Onofre et al., 1999; Pereira & Fonseca, 2003). Parte da importância do sistema deve-se à sua grande extensão e heterogeneidade de condições ambientais, proporcionando a coexistência de um vasto leque de espécies com exigências ecológicas distintas. A manutenção destes povoamentos está assegurada em grande medida pelo quadro legal de protecção ao sobreiro e à azinheira (Decreto-Lei 169/2001, de 25 de Maio)
- Policultura Tradicional do Oeste – Consideram-se nesta tipologia os sistemas agrícolas de pequena ou muito pequena propriedade, em que os campos agrícolas estão compartimentados por muretes de pedra e/ou sebes de arbustivas ou arbóreas de desenvolvimento variável. Estes tipos de sistemas constituem importantes refúgios de biodiversidade, uma vez que muitas das espécies características de

sistemas mais naturalizados encontram refúgio nos espaços intersticiais do mosaico agrícola (Alves et al. 1998).

- Olivais extensivos dos terrenos calcários – Este tipo de sistema apresenta elevados níveis de biodiversidade, devido à presença de árvores velhas com cavidades e a inserir-se numa matriz complexa que inclui frequentemente muretes de pedra, sebes de vegetação natural e pequenas manchas com matos e matagais. Estas condições são favoráveis à presença, por exemplo, de muitas espécies de plantas raras ou ameaçadas, de morcegos arborícolas, e de espécies de aves migradoras e invernantes (e.g., Davy et al., 2007).
- Arrozais – Os arrozais, principalmente os dos vales do Tejo e do Sorraia assumem grande importância para algumas espécies de aves aquáticas, funcionando como *habitats* complementares à Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo. Um dos exemplos mais bem documentados é o do maçarico-de-bico-direito (*Limosa limosa*) da sub-espécie *limosa*, que se refugia frequentemente no interior da Reserva Natural do Estuário do Tejo, alimentando-se contudo nos arrozais da região envolvente (Lourenço & Piersma, 2006; Hooijmeijer *et al.*, 2007; Mandema, 2007).
- Outras várzeas agrícolas. – As várzeas agrícolas, nomeadamente as do Vale do Tejo, apresentam elevada relevância para muitas espécies de aves nidificantes e invernantes (e.g., Leião, 1995, 2002, 2003, 2004, 2005a,b, 2006, 2007, Leitão & Costa, 2001; Leitão & Peris, 2003);
- Pequenos vales agrícolas em áreas predominantemente florestais. - A importância destas áreas reside no seu papel como elementos diversificadores da paisagem, contribuindo decisivamente para o aumento da biodiversidade em paisagens ocupadas maioritariamente por florestas.



A preservação do valor ecológico destes sistemas é um objectivo em si próprio, mas serve um propósito mais abrangente, ao proporcionar a existência de corredores ecológicos. Segundo a *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade* a sua instituição é indispensável, já que permite estabelecer ou salvaguardar a ligação e os fluxos génicos entre as diferentes áreas nucleares de conservação, contribuindo, de modo especialmente relevante, para ultrapassar uma visão redutora da conservação da natureza e da biodiversidade - circunscrita às áreas classificadas - e para promover a continuidade espacial e a conectividade das componentes da biodiversidade em todo o território, bem como uma adequada integração e desenvolvimento das actividades humanas.

B. ANÁLISE SWOT

1. INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS

No presente diagnóstico preliminar desenvolveu-se uma análise SWOT (S de Strengths = Forças; W de Weaknesses = Fraquezas ou Debilidades; O de Oportunities = Oportunidades; T de Threats = Ameaças) para os aspectos relacionados com a conservação da natureza, considerando os dados obtidos nos levantamentos bibliográficos efectuados até ao momento. Esta análise deve ser entendida como uma primeira abordagem aos problemas de conservação na região, uma vez que não foi ainda obtida e analisada toda a informação relevante. Em particular, é ainda escassa a base cartográfica para avaliação dos problemas, a qual só estará plenamente disponível nas próximas semanas.

Dado o seu carácter preliminar, fez-se uma análise global para a região, não se tendo efectuado divisões por região ou tipo de sistema ecológico. Esta divisão geográfica ou ecológica será efectuada mais tarde, contudo, uma vez que se podem definir na região várias unidades territoriais com características e problemas bem diferenciados. Neste contexto, consideraram-se na análise apenas os aspectos com uma importância global ao nível da região, deixando as questões mais particulares para as abordagens mais detalhadas.

2. RESULTADOS

2.1. *Ambiente interno*

Forças

- Localização no cruzamento de várias sub-regiões biogeográficas, levando à ocorrência de elevados níveis de biodiversidade.
- Grande diversidade ambiental decorrente da variedade de substratos geológicos, condições climáticas, usos do solo, entre outros, permitindo a coexistência de um elevado número de espécies com requisitos ecológicos contrastantes.
- Presença de várias áreas da rede nacional de áreas protegidas, bem como, de sítios classificados ao abrigo das Directivas Comunitárias 79/409/CEE e 92/43/CEE.
- Existência de instrumentos de ordenamento já em vigor para a Região, que promovem a protecção das zonas ecologicamente sensíveis e usos sustentáveis em termos de conservação da natureza (exemplos: Planos de Bacia Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste, POOC Alcobaça-Mafra, Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode).
- Persistência em algumas áreas de sistemas agrícolas extensivos compatíveis com os objectivos de conservação da natureza.
- Existência de áreas significativas do Domínio Privado do Estado ou de Empresas de Capitais Públicos, com grande valor ecológico, onde é possível compatibilizar as actividades existentes com a conservação dos valores naturais (e.g., Campo Militar de Santa Margarida, Companhia das Lezírias).

Fraquezas

- Escassez de dados de base que permitam caracterizar as comunidades de flora e fauna da região, essencialmente fora do perímetro das áreas protegidas.
- Falta de conectividade entre áreas protegidas ou zonas com outros estatutos de protecção, consequentemente excluindo, com elevada probabilidade, áreas ecologicamente sensíveis.
- Alteração expressiva da maior parte dos habitats por acção humana, pressão que se mantém e tem tendência crescente, devido à edificação e a certas práticas agrícolas e florestais.
- Grandes áreas ocupadas por povoamentos florestais dominados por eucalipto.
- Ocorrência regular nos últimos anos de incêndios, essencialmente nas áreas florestadas com pinhal e eucalipto, mantendo-se na generalidade dos casos o elevado risco de incêndio.
- Degradação dos montados de sobro devido a um complexo de factores, incluindo a infecção pelo fungo patogénico *Phytophthora cinnamomi*.
- Desvalorização económica dos povoamentos florestais de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*) e de azinheira (*Quercus rotundifolia*), conduzindo ao seu abandono e/ou exploração insustentável (por exemplo, corte para exploração de lenhas).
- Degradação da qualidade da água, devido designadamente às suiniculturas, aos agro-químicos, às actividades industriais e aos núcleos urbanos sem tratamento adequado de águas residuais..
- Gestão pouco adequada dos cursos de água e vegetação ribeirinha.
- Abandono de actividades agrícolas e pastoris importantes para a manutenção de alguns habitats e espécies.
- Aumento dos riscos de incêndios, devido ao abandono rural e falta de gestão das áreas florestais.

- Degradação de áreas percorridas por incêndios, devido à falta de intervenções de recuperação e subsequente gestão do coberto vegetal, resultando no aumento da erosão, do risco de derrocada e da degradação dos recursos hídricos.
- Aumento da actividade humana em áreas sensíveis, como por exemplo os habitats da faixa litoral e as grutas.
- Extração de inertes, especialmente nas zonas calcárias e nos sistemas dunares (areias).
- Expansão de espécies de vegetação infestantes e espécies animais exóticas, nomeadamente ictiofauna.

2.2. Ambiente externo

Oportunidades

- Regime agro-ambiental de apoio no âmbito do novo Quadro Comunitário (2007-2013).
- Enquadramento legal para a criação de áreas protegidas de carácter regional ou municipal (por exemplo, proposta de Paisagem Protegida da Lagoa de Óbidos).
- Clarificação parcial do estatuto das áreas incluídas na Rede Natura 2000, através da aprovação num futuro próximo do respectivo Plano Sectorial.
- Existência de mecanismos legais para a gestão integrada dos espaços florestais (Zonas de Intervenção Específica), através dos quais é possível promover uma efectiva redução dos riscos de incêndio, incorporando ao mesmo tempo objectivos de conservação da natureza.

- Existência de instrumentos legais que promovem a conservação do sobreiro e a azinheira (Decreto-Lei nº 169/2001, de 25 de Maio), os quais são espécies dominantes e estruturantes em muitos dos habitats de maior valor ecológico que ocorrem na região (e.g., montados).
- Existência dos mecanismos legais da REN e da RAN, os quais poderão ser articulados de forma mais eficiente com os objectivos de conservação dos valores naturais.

Ameaças

- Desenvolvimento de novos projectos estruturantes (por exemplo, Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete), que levarão à destruição, fragmentação e/ou degradação de áreas naturais e semi-naturais com importância para a conservação da natureza.
- Aumento da procura da região para o turismo e segunda habitação, com o consequente aumento da construção urbana e de infra-estruturas em áreas sensíveis.
- Aumento da procura da faixa litoral e das áreas rurais e florestais para actividades de lazer e recreio, levando ao aumento de problemas de pisoteio da vegetação e perturbação de espécies sensíveis da fauna.
- Alterações climáticas globais, potencialmente indutoras de alterações na distribuição dos habitats e espécies.
- Subida do nível médio das águas do mar, com consequentes problemas de erosão das praias, falésias e sistemas dunares litorais.
- Potencial pandemia associada à gripe das aves, podendo levar a percepções negativas sobre as zonas húmidas e outras áreas de concentração de aves.

C. SÍNTESE

A salvaguarda e valorização dos recursos naturais e a protecção dos valores ambientais e património natural, em particular, foram assumidos como um Objectivo Estratégico do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, motivado pelo facto de algumas das maiores insuficiências na área da conservação da natureza a nível nacional estarem relacionadas com dificuldades diversas na gestão e planeamento.

A articulação e integração eficiente da conservação da natureza com as outras actividades são reconhecidas como oportunidades de desenvolvimento para estas últimas. Para se alcançar esta meta os PROT são instrumentos fundamentais, já que definem as directrizes para o uso do solo e promovem, à escala regional, a integração das políticas sectoriais e ambientais no ordenamento do território.

Muitos dos valores naturais da Região do Oeste e Vale do Tejo estão incluídos no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando várias Reservas Naturais, um Parque Natural e Áreas de Paisagem Protegida, ZPES e IBAS. Estão ainda delimitados vários Sítios de Importância Comunitária, destinados a proteger habitats e espécies de fauna e flora prioritários. No entanto, falta ainda dar consistência e coerência funcional a estas áreas. Por exemplo, existem várias áreas reconhecidas como importantes para a conservação da natureza que não possuem quaisquer estatutos de protecção.

Um levantamento preliminar destaca como sistemas de maior valor ecológico na Região os montados de sobro, azinhais, carvalhais de *Quercus faginea*, sistemas dunares e outros matos litorais, cursos de água, galerias ripícolas, margens alcantiladas e rochosas, pauis, lagoas costeiras e habitats

associados, matos e matagais e sistemas agrícolas e pastoris extensivos como os mais importantes. A preservação destes valores contribui para a conservação da natureza e biodiversidade a nível nacional, por permitir estabelecer ou salvaguardar corredores ecológicos. Os PROT são um instrumento de gestão territorial fundamental para estabelecer áreas que funcionem como corredores ecológicos, nomeadamente através da criação de condições para a criação de áreas protegidas de carácter regional ou municipal.

Da análise SWOT preliminar é possível destacar como principais forças a elevada biodiversidade, indissociável da elevada diversidade ambiental, bem como a presença de várias áreas da rede nacional de áreas protegidas e sítios classificados e a existência de alguns sistemas agrícolas compatíveis com a conservação da natureza. Como principais fraquezas, surgem as lacunas de informação, vários problemas associados ao coberto florestal, nomeadamente a existência de grandes áreas cobertas por eucalipto, grande risco de incêndio, degradação e desvalorização dos povoamentos de carvalhos, degradação da qualidade da água e uma gestão pouco adequada dos cursos de água, aumento da actividade humana em zonas sensíveis, desarticulação entre zonas ecologicamente importantes e expansão de espécies infestantes. Quanto às Oportunidades, destaca-se a possibilidade de manutenção de sistemas agrícolas compatíveis com a conservação da natureza, através do regime agro-ambiental no âmbito do novo Quadro Comunitário; de realçar também a criação e aprovação de diversos instrumentos legais que permitem uma preservação mais eficaz das áreas importantes para a conservação da natureza. Como principais Ameaças prevêem-se o desenvolvimento de grandes projectos estruturantes, o aumento de construção e pressão humana em áreas sensíveis, essencialmente ligados ao turismo e ameaças globais como as alterações climáticas, a subida do nível médio das águas do mar e a

potencial pandemia da gripe das aves, podendo induzir percepções negativas sobre zonas de concentração de aves (nomeadamente zonas húmidas).

A Visão da Conservação da Natureza para a Região do Oeste e Vale do Tejo está estreitamente relacionada com as Oportunidades anteriormente enumeradas. Para ser possível o estabelecimento de uma Rede Regional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (RRCNB) é essencial a concretização e aplicação dos Planos de Gestão para os Sítios de Interesse Comunitário e Zonas de Protecção Especial, bem como os Planos de Ordenamento para as áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas e outros Planos Especiais de Ordenamento do Território. Outros mecanismos legais complementares assumem igualmente um papel muito relevante no estabelecimento e gestão da RRCNB. De realçar ainda a importância do estabelecimento de áreas protegidas de interesse regional e local para assegurar a manutenção de corredores ecológicos e portanto a conectividade da referida Rede.

Os objectivos de conservação da RRCNB estão ainda fortemente dependentes de modelos adequados de gestão agrícola e florestal, que podem ser conseguidos nomeadamente através do contributo da criação de Zonas de Intervenção Específica ou de outros mecanismos de gestão florestal integrada. A manutenção de práticas agrícolas compatíveis com a conservação da natureza será possibilitada através de medidas agro-ambientais.

Concluindo, para concretizar a Visão ambicionada em termos de Conservação da Natureza para a Região de Oeste e Vale do Tejo é fundamental preencher as lacunas de conhecimento de forma a possibilitar uma avaliação da importância ecológica deste território de forma homogénea, elaborar e aplicar os instrumentos de ordenamento e gestão do território, estabelecer áreas de conservação de âmbito regional ou local sempre que o seu valor o justifique ou para estabelecer corredores ecológicos que garantam a conectividade de áreas

importantes e aplicar os programas agro-ambientais, que permitem uma compatibilização efectiva das actividades agrícola e florestal com a conservação da natureza.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, F.C. & Ferreira, M.T., 2005. Human-disturbed landscapes: effects on composition and integrity of riparian woody vegetation in the Tagus River Basin, Portugal. *Environmental Conservation*, **32**, 30-41.
- Alves, J.M.S., Espírito Santo, M.D., Costa, J.C., Gonçalves, J.H.C. & Lousã, M.F., 1998. *Habitats Naturais e Semi-Naturais de Portugal Continental*. Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa.
- CCDR-LVT 2001. *Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa*. Estudos de Fundamentação Técnica. Volume IV. CCDR-LVT, Lisboa
- Correia, T.P. (1993) Threatened landscapes in Alentejo, Portugal: the 'montado' and other 'agro-silvo-pastoral' systems. *Landscape and Urban Planning* 24: 43-48.
- Costa, J.C., Lousã, M., Capelo, J., Espírito Santo, M.D., Sevillano, J.I. & Arsénio, P., 2000. The coastal vegetation of the Portuguese Divisory Sector: dunes, cliffs and low-scrub communities. *Finisterra*, **35**, 69-93.
- Crespo, E. G. & Oliveira, M. E. 1989. *Atlas da distribuição dos anfíbios e répteis de Portugal Continental*. Serviço Nacional de Parques Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa.
- Davy, C.M., Russo, D., & Fenton, M.B., 2007. Use of native woodlands and traditional olive groves by foraging bats on a Mediterranean island: consequences for conservation. *Journal of Zoology*, **273**, 397-405.
- Diáz, M., Campos, P., Pulido, F.J. (1997) The Spanish dehesas: a diversity in land-use and wildlife. *Farming and Birds in Europe. The Common Agricultural Policy and its Implications for Bird Conservation* (eds D.J. Pain & M.W. Piewnkowski), 178-209. Academic Press, London.
- Gante, H., Santos, C.D. & Alves, M.J. 2007. A new species of *Chondrostoma* Agassiz, 1832 (Cypriniformes: Cyprinidae) with sexual dimorphism from the lower Rio Tejo Basin, Portugal. *Zootaxa*, 1616: 23-35.

- Godinho, R., Teixeira, J., Rebelo, R., Segurado, P., Loureiro, A., Álvares, F., Gomes, N., Cardoso, P., Camilo-Alves, C. & Brito, J. C. 1999. Atlas of continental Portuguese herpetofauna: an assemblage of published and new data. *Revista Española de Herpetología* **13**: 61 - 82.
- Joffre, R., Rambal, S., Ratte, J.P. 1999. The dehesa system of southern Spain and Portugal as a natural ecosystem mimic. *Agroforestry Systems*, 45: 57-79.
- Hooijmeijer, J., Schröder, J., Lourenço, P., Kentie, R., Groen, N., de Goeij, P., Both, C. & Piersma, T. 2007. *Newsletter Black-tailed godwit project 2007*. Unpublished Report.
- INAG, 2000. *Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo. 1ª Fase – Análise e Diagnóstico da Situação de Referência. Volume III – Análise. Parte C – Sub-sistema Ambiental*. Relatório não publicado. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Instituto da Água, Lisboa.
- Leitão, D., 1995. Charadriiformes dos terrenos agrícolas do estuário do Tejo. *Airo*, 6, 29-38.
- Leitão, D. (Coord.), 2002. Contagens de aves no Natal e no Ano Novo de 2001/02: monitorização de aves de rapina e aves limícolas invernates em sistemas agrícolas. Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves. http://www.spea.pt/pdfs/outros_a/canan_relatorio_1.pdf
- Leitão, D. (Coord.), 2003 Contagens de aves no Natal e no Ano Novo de 2002/03: monitorização de aves de rapina e aves limícolas invernates em sistemas agrícolas. Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves. http://www.spea.pt/pdfs/outros_a/canan_relatorio_2.pdf
- Leitão, D. (Coord.), 2004. Contagens de aves no Natal e no Ano Novo de 2003/04: monitorização de aves de rapina e aves limícolas invernates em sistemas agrícolas. Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves. http://www.spea.pt/pdfs/outros_a/CANAN_relatorio_2003-2004.pdf
- Leitão, D. (Coord.), 2005a. CANAN - Contagens de aves no Natal e no Ano Novo de 2004/05: monitorização de aves de rapina e aves limícolas

- invernates em sistemas agrícolas. Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves. http://www.spea.pt/pdfs/outros_a/CANAN-2004-2005-relatorio.pdf
- Leitão, D., 2005b. Eurasian golden plover (*Pluvialis apricaria*) wintering in Portugal: recent trends and estimate. Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves. http://www.spea.pt/pdfs/outros_a/Golden_Plover_wintering_Portugal_report_SPEA.pdf
- Leitão, D. (Coord.), 2006. CANAN - Contagens de aves no Natal e no Ano Novo de 2005/06: monitorização de aves de rapina e aves limícolas invernates em sistemas agrícolas. Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves. http://www.spea.pt/pdfs/outros_a/CANAN2005_2006relatorio2.pdf
- Leitão, D. (Coord.), 2007. CANAN - Contagens de aves no Natal e no Ano Novo de 2006/07: monitorização de aves de rapina e aves limícolas invernates em sistemas agrícolas. Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves. http://www.spea.pt/pdfs/outros_a/CANAN_2006-2007_relatorio.pdf
- Leitão, D. & Costa, L.T., 2001. First approach to the study of non-breeding abundance and habitat use by little bustard *Tetrax tetrax* in the lower Tejo grasslands. *Airo*, 11, 37-43.
- Leitão, D. & Peris, S., 2003. Distribuição e abundância do abibe *Vanellus vanellus* e da tarambola-dourada *Pluvialis apricaria* em Portugal. *Airo*, 13, 3-16.
- Lourenço, P. & Piersma, T., 2006. Spring stop-over of European black-tailed godwits in Portuguese rice fields. *Wader Study Group Bulletin*, 111: 13.
- Mandema, F.S. 2007. *Effects of rice field availability on black-tailed godwits (Limosa limosa limosa) during stopover in Portugal*. Unpublished Report, University of Groningen, Center for Ecological and Evolutionary Studies.

- Mathias, M. L. (Coord.) 1999. *Mamíferos terrestres em Portugal*. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza. Lisboa.
- Marañón, T., Ajbilou, R., Ojeda, F., Arroyo, J., (1999) Biodiversity of woody species in oak woodlands of southern Spain and northern Morocco. *Forest Ecology and Management* 115, 147-156.
- Onofre, N. e 17 autores, 1999. Estimativa de abundâncias de aves de rapina diurnas em habitats florestais e agrícolas de Portugal Continental. In: *Actas do II Congresso de Ornitologia da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves* (Eds.: Pedro Beja, Paulo Catry & Francisco Moreira), pp. 177-179. Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, Lisboa.
- Pereira, P. M. & Fonseca, M.P. 2003. Nature vs. nurture: the making of the montado ecosystem. *Conservation Ecology* 7: [online] URL: <http://www.consecol.org/vol7/iss3/art7/>
- Robalo, J., Almada, V.C., Santos, C.S., Moreira, M.I. & Doadrio, I., 2005. New species of the genus *Chondrostoma* Agassiz, 1832 (Actynopterigii, Cyprinidae) from western Portugal. *Graellsia*, 61, 19-29.
- Rufino, R., coord., 1989. *Atlas das aves que nidificam em Portugal Continental*. CEMPA, Lisboa.



ANEXOS

ANEXO I

Espécies e habitats constantes dos anexos da Directiva 92/43/CEE representados nos Sítios de Importância Comunitária da Região do Oeste e Vale do Tejo.

HABITATS NATURAIS E SEMI-NATURAIS DO ANEXO B-I DO DECRETO-LEI Nº 49/2005. OS HABITATS PRIORITÁRIOS SÃO ASSINALADOS A NEGRITO.

Referência	Designação habitat
1110	Bancos de areia permanentemente cobertos por água do mar pouco profunda
1130	Estuários
1140	Lodaçais e areais a descoberto na maré baixa
1150*	Lagunas costeiras
1170	Recifes
1210	Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré
1240	Falésias com vegetação das costas mediterrânicas com <i>Limonium</i> spp. endémicas
1310	Vegetação pioneira de <i>Salicornia</i> e outras espécies anuais das zonas lodosas e arenosas
1320	Prados de <i>Spartina</i> (<i>Spartinion maritimae</i>)
1330	Prados salgados atlânticos (<i>Glauco-Puccinellietalia maritimae</i>)
1410	Prados salgados mediterrânicos (<i>Juncetalia maritimi</i>)
1420	Matos halófilos mediterrânicos e termoatlânticos (<i>Sarcocornetea fruticosi</i>).
1430	Matos halonitrófilos (<i>Pegano-Salsoletea</i>)
1510*	Estepes salgadas mediterrânicas (<i>Limonietalia</i>)
2110	Dunas móveis embrionárias
2120	Dunas móveis do cordão litoral com <i>Ammophila arenaria</i> («dunas brancas»).

Referência	Designação habitat
2130*	Dunas fixas com vegetação herbácea («dunas cinzentas»).
2150*	Dunas fixas descalcificadas atlânticas (Calluno-Ulicetea)
2190	Depressões húmidas intradunares
2230	Dunas com prados da Malcolmietalia.
2250*	Dunas litorais com Juniperus spp.
2260	Dunas com vegetação esclerófila da Cisto-Lavenduletalia.
2270*	Dunas com florestas de Pinus pinea e ou Pinus pinaster
3120	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas em solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com <i>Isoëtes</i> spp
3130	Águas estagnadas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da Littorelletea uniflorae e ou da Isoëto-Nanojuncetea
3150	Lagos eutróficos naturais com vegetação da <i>Magnopotamion</i> ou da <i>Hydrocharition</i>
3160	Lagos e charcos distróficos naturais
3170*	Charcos temporários mediterrânicos
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachion</i>
3280	Cursos de água mediterrânicos permanentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i> com cortinas arbóreas ribeirinhas de <i>Salix</i> e <i>Populus alba</i>
3290	Cursos de água mediterrânicos intermitentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i>
4020*	Charneças húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>
4030	Charneças secas europeias
5210	Matagais arborescentes de <i>Juniperus</i> spp.
5230*	Matagais arborescentes de <i>Laurus nobilis</i>
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos

Referência	Designação habitat
6110*	Prados rupícolas calcários ou basófilos da <i>Alyso-Sedion albi</i>
6210	Prados secos seminaturais e fácies arbustivas em substrato calcário (<i>Festuco-Brometalia</i>) (* importantes habitats de orquídeas)
6220*	Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>
6310	Montados de <i>Quercus</i> spp. de folha perene
6410	Pradarias com <i>Molinia</i> em solos calcários, turfosos e argilo-limosos (<i>Molinion caeruleae</i>)
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinio-Holoschoenion</i>
8130	Depósitos mediterrânicos ocidentais e termófilos
8210	Vertentes rochosas calcárias com vegetação casmofítica
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica
8240*	Lajes calcárias
8310	Grutas não exploradas pelo turismo
8330	Grutas marinhas submersas ou semi-submersas
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>
91E0*	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i>, <i>Alnion incanae</i>, <i>Salicion albae</i>)
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>
9240	Carvalhais ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>
92D0	Galerias e matos ribeirinhos meridionais (<i>Nerio-Tamaricetea</i> e <i>Securinegion tinctoriae</i>)
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>

ESPÉCIES DE FLORA CONSTANTES DO ANEXO B-II DO DECRETO-LEI N.º 49/2005 DE 24 DE FEVEREIRO. AS ESPÉCIES PRIORITÁRIAS SÃO ASSINALADAS A NEGRITO.

Código espécie	Espécie	Anexos
1447	<i>Dianthus cintranus</i> ssp. <i>cintranus</i>	II, IV
1457	<i>Silene longicilia</i>	II, IV
1462	<i>Herniaria marítima</i>	II, IV
1487	<i>Jonopsidium acaule</i>	II, IV
1492	<i>Coincya cintrana</i>	II, IV
1503	<i>Iberis procumbens</i> ssp. <i>microcarpa</i>	II, IV
1507	<i>Arabis sadina</i>	II, IV
1633	<i>Limonium dodartii</i> ssp. <i>lusitanicum</i>	II, IV
1638	<i>Armeria pseudarmeria</i>	II, IV
1640	<i>Limonium multiflorum</i>	II, IV
1675	<i>Omphalodes kuzinskyanae</i>	II, IV
1731	<i>Verbascum litigiosum</i>	II, IV
1877	<i>Juncus valvatus</i>	II, IV
1863	<i>Narcissus calcicola</i>	II, IV

ESPÉCIES DE FAUNA CONSTANTES DO ANEXO B-II DO DECRETO-LEI Nº 49/2005 DE 24 DE FEVEREIRO. AS ESPÉCIES PRIORITÁRIAS SÃO ASSINALADAS A NEGRITO.

Código espécie	Espécie	Anexos
1065	<i>Euphydrias aurinia</i>	II
1095	<i>Petromyzon marinus</i>	II
1096	<i>Lampetra planeri</i>	II
1099	<i>Lampetra fluviatilis.</i>	II
1102	<i>Alosa alosa</i>	II
1103	<i>Alosa fallax</i>	II
1128	<i>Chondrostoma lusitanicum</i>	II
1116	<i>Chondrostoma polylepis</i>	II
1123	<i>Rutilus alburnoides</i>	II
1135	<i>Rutilus macrolepidotus</i>	II
1172	<i>Chioglossa lusitanica</i>	II, IV
1221	<i>Mauremys leprosa</i>	II, IV
1259	<i>Lacerta schreiberi</i>	II, IV
1302	<i>Rhinolophus mehelyi</i>	II, IV
1303	<i>Rhinolophus hipposideros</i>	II, IV
1304	<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>	II, IV
1305	<i>Rhinolophus euryale</i>	II, IV
1307	<i>Myotis blythii</i>	II, IV
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	II, IV
1310	<i>Miniopterus schreibersi</i>	II, IV

1321	<i>Myotis emarginatus</i>	II, IV
1323	<i>Myotis bechsteini</i>	II, IV
1324	<i>Myotis myotis</i>	II, IV
1338	<i>Microtus cabreræ</i>	II, IV
1355	<i>Lutra lutra</i>	II, IV

OUTRAS ESPÉCIES DOS ANEXOS B-IV E B-V DO DECRETO-LEI Nº 49/2005 DE 24 DE FEVEREIRO.

	Espécie	Anexo
FLORA	<i>Asplenium hemionitis</i>	IV
	<i>Anthyllis vulneraria ssp. Lusitanica</i>	V
	<i>Iris lusitanica</i>	V
	<i>Iris boissieri</i>	IV
	<i>Narcissus bulbocodium</i>	V
	<i>Ruscus aculeatus</i>	V
	<i>Saxifraga cintrana</i>	IV
	<i>Scrophularia sublyrata</i>	V
	<i>Thymus villosus ssp. villosus</i>	IV
	<i>Thymus capitellatus</i>	IV
	<i>Senecio lagascanus ssp. lusitanicus</i>	IV
	<i>Ulex densus</i>	V

FAUNA	<i>Alytes obstetricans</i>	IV
	<i>Hyla arborea</i>	IV
	<i>Hyla meridionalis</i>	IV
	<i>Pelobates cultripipes</i>	IV
	<i>Discoglossus galganoi</i>	IV
	<i>Bufo calamita</i>	IV
	<i>Rana ibérica</i>	IV
	<i>Rana perezi</i>	V
	<i>Triturus marmoratus</i>	IV
	<i>Chalcides bedriagai</i>	IV
	<i>Coluber hippocrepis</i>	IV
	<i>Pipistrellus pipistrellus</i>	IV
	<i>Plecotus asutriacus</i>	IV
	<i>Tadarida teniotis</i>	IV
	<i>Myotis daubentonii</i>	IV
	<i>Myotis nattereri</i>	IV
	<i>Felis silvestris</i>	IV
	<i>Mustela putorius</i>	V
	<i>Genetta genetta</i>	V
	<i>Herpestes ichneumon</i>	V

ANEXO II

Espécies de aves do Anexo I da Directiva 79/409/CEE (Anexo AI do Decreto-Lei nº 49/2005 de 24 de Fevereiro), que são alvo de orientações de gestão nas Zonas de Protecção Especial da Região do Oeste e Vale do Tejo, no âmbito da proposta de Plano Sectorial da Rede Natura 2000. As espécies prioritárias são assinaladas a negrito.

CÓDIGO	ESPÉCIE	TEJO	BOQUILOBO	BERLENGAS
A010	<i>Calonectris diomedea</i>			•
A022	<i>Ixobrychus minutus</i>	•	•	
A023	<i>Nycticorax nycticorax</i>		•	
A024	<i>Ardeola ralloides</i>		•	
A026	<i>Egretta garzetta</i>	•	•	
A029	<i>Ardea purpurea</i>	•	•	
A031	<i>Ciconia ciconia</i>	•		
A034	<i>Platalea leucorodia</i>	•	•	
A035	<i>Phoenicopterus ruber</i>	•		
A073	<i>Milvus migrans</i>	•	•	
A081	<i>Circus aeruginosus</i>	•		
A082	<i>Circus cyaneus</i>	•		
A084	<i>Circus pygargus</i>	•		
A092	<i>Hieraaetus pennatus</i>	•		
A094	<i>Pandion haliaetus</i>	•		
A103	<i>Falco peregrinus</i>	•		•
A124	<i>Porphyrio porphyrio</i>		•	
A128	<i>Tetrax tetrax</i>	•		
A131	<i>Himantopus himantopus</i>	•		
A132	<i>Recurvirostra avosetta</i>	•		
A135	<i>Glareola pratincola</i>	•		
A138	<i>Charadrius alexandrinus</i>	•		
A149	<i>Calidris alpina (schinzii)</i>	•		

CÓDIGO	ESPÉCIE	TEJO	BOQUILOBO	BERLENGAS
A195	<i>Sterna albifrons</i>	•		
A196	<i>Chlidonias hybridus</i>	•	•	
A222	<i>Asio flammeus</i>	•		
A224	<i>Caprimulgus europaeus</i>	•		
A229	<i>Alcedo atthis</i>	•		
A242	<i>Melanocorypha calandra</i>	•		
A243	<i>Calandrella brachydactyla</i>	•		
A390	<i>Oceanodroma castro</i>			•
A399	<i>Elanus caeruleus</i>	•		
A419	<i>Uria aalge</i>			•

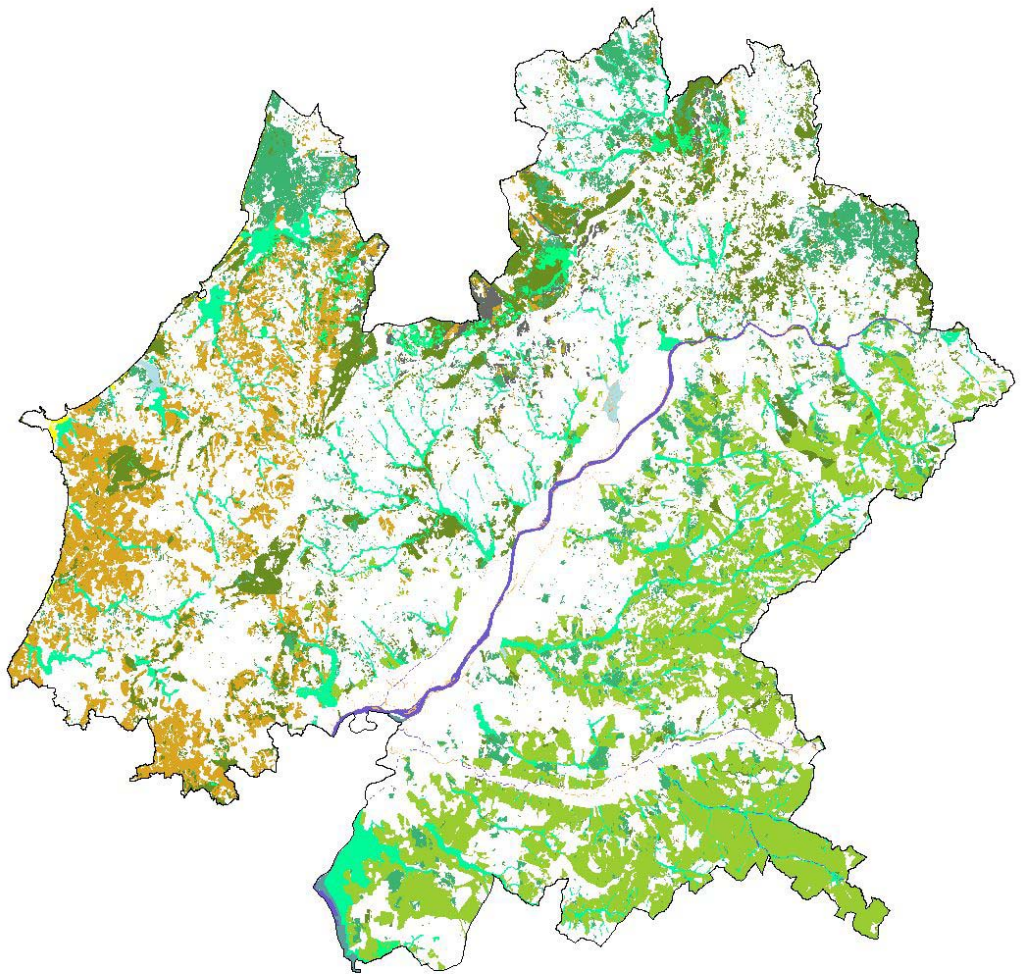
ANEXO III














Delimitação, na Região do Oeste e Vale do Tejo, das zonas que integram o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (Rede Nacional de Áreas Protegidas, Zonas de Protecção Especial, Sítios de Importância Comunitária)



ANEXO IV

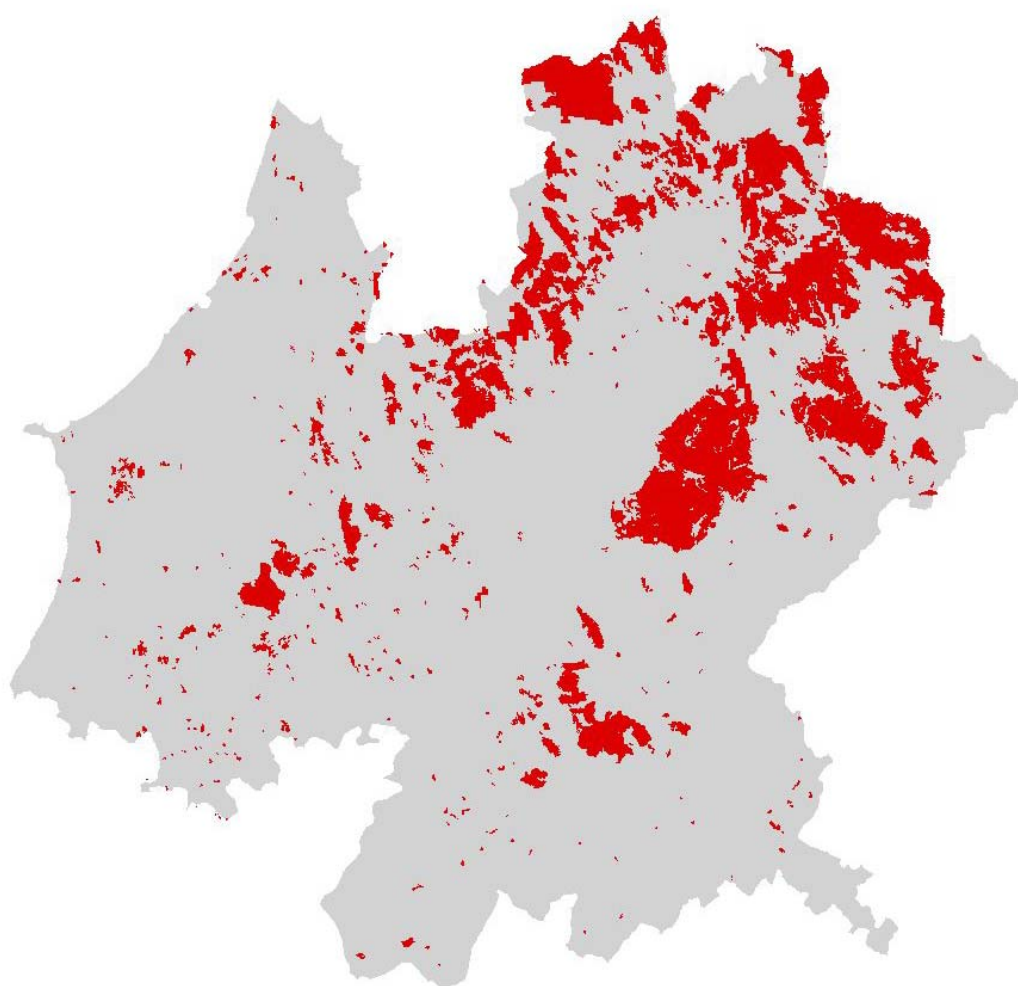
Cartografia dos sistemas de maior valor ecológico na região do Oeste e Vale do Tejo



 Carvalho	 Galeria Ripicola	 Pinhal	 Várzea_Agrícola
 Cursos de Agua	 Matos	 Policultura	 Zona Húmida
 Dunas	 Montados	 Praias	
	 Olival calcario	 Sapais	

ANEXO V

Cartografia de áreas percorridas por incêndios entre 1990 e 2006 na região do Oeste e Vale do Tejo (Fonte: DGRF, 2007)



ANEXO VI

Esboço preliminar da cartografia das séries de vegetação potencial na região do Oeste e Vale do Tejo.

